



A DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA COMO BASE METODOLÓGICA PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO: PERSPECTIVAS DE RENOVAÇÃO A PARTIR DAS IDÉIAS DE LUCIANA DURANTI

Natália Bolfarini Tognoli; José Augusto Chaves Guimarães

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Departamento de Ciência da Informação
Universidade Estadual Paulista – UNESP – Marília – SP – Brasil.
nataliabtognoli@yahoo.com.br; guimajac@marilia.unesp.br

RESUMO

A Diplomática traz, em seu bojo, um aporte metodológico à Ciência da Informação, notadamente para as questões de organização da informação, podendo ser dividida em dois momentos: Diplomática Histórica e Diplomática Contemporânea. Essa última fornece subsídios à análise documental na Arquivística (por meio da identificação documental) e, para a Biblioteconomia, constitui importante referencial no tratamento temático da informação, mais especificamente na identificação de conceitos. No final do século XX, na década de 80, a Diplomática encontra um locus investigativo privilegiado (e institucionalizado) em Luciana Duranti, com a publicação de *Diplomatics: new uses for an old science*, identificado como um *turning point* na literatura arquivística, onde a autora aplica o método e os conceitos diplomáticos aos documentos produzidos nos dias de hoje, inclusive aos eletrônicos. Dessa forma, constata-se que a partir dos estudos de Luciana Duranti sobre a aplicação do método diplomático aos documentos modernos, os arquivistas começam a ver a Diplomática Contemporânea como uma ferramenta *si ne qua non* para o tratamento dos conjuntos documentais, constituindo o método diplomático, um divisor de águas no conhecimento arquivístico, uma vez que propicia a análise de diferentes documentos, independente de sua natureza.

ABSTRACT

Diplomatics brings in its midst, a methodological support to Information Science, notably in matters of organization of information and can be divided into two periods: Historical Diplomatics and Contemporary Diplomatics. The latter provides grants to documentary analysis in Archival Science (by documental identification) and to Library Science is an important benchmark to the treatment of thematic information through the identification of concepts. By the end of the twentieth century, at the 80s, Diplomatics finds a privileged investigative locus (and institutionalized) by the studies of the italian Luciana Duranti, with the publication of *Diplomatics: new uses for an old science*, that has been identified as a turning point in archival science literature, where the author



applies the method and the concepts of Diplomatics to the contemporary documents, including the electronic ones. Thus, with the studies of Luciana Duranti about the application of the diplomatic method in contemporary records, the archivists are beginning to see the Contemporary Diplomatics as a *si ne qua non* tool for the treatment of records, being the diplomatic method a landmark to archival knowledge, since it provides the analysis of many kinds of documents, regardless of their nature.

PALABRAS CLAVES: Diplomática Contemporânea. Luciana Duranti. Arquivística



INTRODUÇÃO

A Diplomática traz em seu bojo um aporte metodológico à Ciência da Informação, notadamente nas questões de organização da informação, na medida em que fornece subsídios para a análise documental na Arquivística – através da identificação documental - e para o tratamento temático da informação na Biblioteconomia – através da identificação de conceitos.

A partir do final do século XX, a Diplomática pode ser dividida em Diplomática Histórica e Diplomática Arquivística. Essa última, a partir da década de 80 começa a auxiliar os arquivistas na difícil tarefa de compreender o processo de criação dos documentos contemporâneos.

Dessa forma, destaca-se a apropriação do método diplomático pela Arquivística, que passa a vê-lo como uma ferramenta *si ne qua non* para o tratamento da informação no século XXI.

Nesse contexto, os estudos da italiana Luciana Duranti destacam-se no cenário arquivístico mundial, uma vez que a autora é a primeira a aplicar o método diplomático aos documentos contemporâneos na América do Norte. Ao fazê-lo ela observa que os mesmos elementos contidos em documentos históricos e medievais estão contidos também nos documentos contemporâneos.

A partir daí a Diplomática desvincula-se do binômio necessário que até então desempenhava com a Paleografia, e deixa de ter simples rótulo de “ciência auxiliar da história”, para ser uma ciência autônoma, cujo método analítico-comparativo pode ser considerado uma nova forma de compreender os documentos contemporâneos.

Identifica-se, na literatura analisada, que Luciana Duranti pode ser considerada um marco teórico, tanto para a Diplomática quanto para a Arquivística, a partir da publicação de sua série de artigos, intitulada *Diplomatics: new uses for an old science* – considerado um *turning point* para a área - onde a autora expõe o método e os conceitos diplomáticos, a fim de definir um novo uso para uma antiga ciência.

Portanto, pretende-se aqui expor as principais fases pelas quais a Diplomática passou até chegar aos dias de hoje, de ciência auxiliar da história, cujo objeto era o documento histórico, à ciência autônoma, que tem o objeto em comum com a Arquivística - o documento de arquivo. Para isso, serão focados os estudos de Duranti e sua contribuição para a renovação científica da área.



DIPLOMÁTICA ARQUIVÍSTICA CONTEMPORÂNEA: elementos para uma renovação científica

A Diplomática nasce no século XVII com a finalidade de estabelecer regras para comprovar a autenticidade de documentos eclesiásticos.

A Igreja Católica, preferindo dedicar-se a uma teologia mais positivista do que especulativa, publica em 1643 os primeiros volumes da *Acta Sanctorum*, com o objetivo de separar o que era fato de lenda na vida dos santos. Essa iniciativa partiu dos Bolandistas, que convidam o jesuíta Daniel Papenbroek para escrever a introdução do segundo volume da *Acta*.

Com isso, Papenbroek anuncia princípios para estabelecer a autenticidade de documentos antigos, aplicando-os aos documentos preservados no mosteiro de Sant-Denis. “Ao fazê-lo, declara (erroneamente) que alguns documentos eram falsos, caindo em descrédito, assim, todos os documentos preservados no mosteiro” (Tognoli, 2008). Esse episódio ficou conhecido como as “guerras diplomáticas” (*bella diplomática*) e originou um grande número de disciplinas científicas cujo objetivo era estabelecer a autenticidade dos documentos, entre elas a Diplomática, a Paleografia e a Sigilografia.

Em resposta aos escritos de Papenbroek, o monge beneditino Jean Mabillon publica em 1681 um tratado de seis partes intitulado *De re diplomatica libri VI*, no qual estabelecia regras precisas para verificar a autenticidade dos documentos, promulgando assim uma nova ciência, que seria conhecida como Diplomática, conceituada como “o estabelecimento de regras e termos certos e precisos pelos quais o instrumentos autênticos podem ser distinguidos dos falsos, e instrumentos certos e originais dos incertos e suspeitos” (Mabillon apud MacNeil, 2000).

O método preconizado por Mabillon consiste em repartir o documento em suas partes e analisá-las separadamente em seus elementos internos e externos. Esse método analítico-comparativo é estendido por toda a Europa e disseminado nas escolas de Direito.

Durante os séculos seguintes a Diplomática é tomada como uma ciência auxiliar da historiografia, sob influência da Filologia e da própria História, pois é utilizada para verificar a autenticidade documental de documentos medievais enquanto fontes históricas. Essa apropriação da Diplomática pela História se dá entre os séculos XVIII e XIX, com a introdução dos estudos diplomáticos em escolas Européias, que irão contribuir para o progresso na formulação e definição dos princípios diplomáticos, introduzindo no campo novas idéias acerca do objeto e da crítica diplomática. Segundo Riesco Terrero (2000) a Diplomática até o século XIX e início do século XX não era considerada uma ciência, enquanto método e técnica científica, o que irá mudar com a inserção dos seus estudos nessas escolas.



Entre essas escolas a *École des Chartes*, em Paris, e o *Institut für Osterreichsgeschichte*, em Viena, ofereceram as maiores contribuições para a área, com os estudos de Tessier e Bautier, e Ficker e Sickel, respectivamente. “O século XIX viu a criação da *École des Chartes* em Paris, em 1821, o desenvolvimento conseguinte da Paleografia como disciplina autônoma e o progresso decisivo da formulação e definição dos princípios diplomáticos. No entanto, os maiores avanços tiveram lugar na Alemanha e na Áustria” (Luciana Duranti, 1995).

Theodor Von Sickel introduz o estudo da forma documental e o estudo crítico do documento, apresentando com rigor científico o método de análise das formas documentais, enquanto Ficker estabelece a distinção entre *actio* (momento da ação) e *conscriptio* (momento da documentação).

Ainda nessa época registra-se o nascimento de outra disciplina científica cujo objeto de estudo também consistia na informação registrada.

A Arquivística enquanto disciplina científica nasce no século XIX, no contexto da Revolução Francesa, como uma extensão da Diplomática, sendo rapidamente apropriada pelos historiadores, e seus estudos são iniciados através dos manuais de Diplomática e das escolas de historiografia e documentação.

A introdução da Arquivística nessas escolas e a promulgação do princípio da proveniência - princípio norteador da área - em 1841, na França contribuíram para a formalização da disciplina enquanto um corpo de conhecimentos específicos para o tratamento dos documentos de arquivo.

Porém, a Arquivística só é elevada ao status de disciplina científica com a publicação do famoso Manual dos Arquivistas Holandeses (*Handleiding vor het ordenen em bescheijven van archieven*) em 1898, por S. Müller, T. Feith e J. Fruin. Durante toda a década de 1980, as 100 regras introduzidas no manual, sobre arranjo e descrição de arquivos, foram exaustivamente discutidas na Associação.

No contexto histórico e conceitual de formação da disciplina, o Manual dos Arquivistas Holandeses é importante, uma vez que, foi traduzido para vários idiomas facilitando assim, a disseminação das idéias e princípios ali expostos, além de “libertar a Arquivística das disciplinas a que se encontrava ligada, representando um grande avanço na teorização da disciplina” (Barros e Tognoli, 2008).

Após a publicação do manual holandês, outras obras importantes são publicadas, a fim de teorizar e sistematizar a disciplina, entre eles o *Manual of Archive Administration* (1922) do inglês de Hilary Jenkinson e *Archivistica* (1928) do italiano Eugenio Casanova.

No século XX, os arquivistas começam a enfrentar alguns problemas com a documentação gerada na burocracia weberiana e com a explosão documental



ocasionada após o final da II Guerra Mundial. Com isso, a partir dos anos 30 a visão historicista do arquivo começa a perder forças, e é identificada uma dimensão administrativa dos arquivos nos EUA.

A partir dos anos 30, o arquivo continua a ser um laboratório da História e seus documentos ainda são utilizados como fonte histórica, porém os arquivistas começam a ver os arquivos como facilitadores da administração, e o conceito de gestão documental é criado.

Porém, na década de 80, os arquivistas puderam constatar que os princípios enunciados no final do século XIX e começo do XX, nos famosos manuais (dos arquivistas holandeses, de Jenkinson e Casanova), não estavam mais dando conta da situação documental, pois tais princípios são reflexos do pensamento de uma determinada época e de um determinado contexto, e, como ressalta Cook (1997), “os princípios arquivísticos não são fixos no tempo, mas, como visões da própria história, ou da literatura, ou filosofia, refletem o espírito de uma época e são, então, interpretados de uma nova forma por gerações sucessivas”.

Com a criação de novas funções administrativas, que foram horizontalizadas e fragmentadas, os princípios devem ser reinterpretados uma vez que essas mudanças refletem na criação dos documentos. As categorias documentais foram aumentadas e novos formatos inventados, e as novas tecnologias de informação contribuíram sobremaneira para uma mudança tida como paradigmática na Arquivística Moderna.

Dessa forma, a Arquivística encontra na Diplomática um ponto em comum: o documento de arquivo, que acabaria por trazer a solução para alguns dos problemas enfrentados pelos arquivistas do século XXI: o estudo da Tipologia Documental.

A Diplomática, que no final do século XIX e começo do XX passou por uma “crise” devido à falta de consenso em seu objeto, é colocada novamente em contato com a Arquivística através de Robert-Henri Bautier, professor da École des Chartes que anuncia o documento de arquivo como o objeto em comum entre as duas disciplinas. Segundo Ghignoli (1991) “Bautier estabelece uma identidade entre documento diplomático e documento *d’archivio*, definindo como novo objeto da crítica Diplomática todas as peças de arquivo”. Além de estabelecer essa identidade entre as duas disciplinas, Bautier propõe o estudo de documentos de épocas diferentes, não só os medievais.

Contemporâneo a Bautier, Tessier (1952) propunha o objeto da Diplomática como “a descrição e explicação das formas dos atos escritos”, e visava não apenas analisar as formas dos documentos, mas também a buscar uma explicação racional das circunstâncias que influenciam os modificadores. Para Bautier e Tessier a essência do documento está em sua condição de prova. O termo ‘forma’ é a palavra chave da Diplomática, entendendo por ela não só os caracteres externos do documento, mas



também sua disposição material e a ordenação interna do texto, o ‘discurso diplomático’ (Galende; Garcia, 2003).

Para Duranti (1995) a forma é definida como um complexo de regras de representação usado para transmitir uma mensagem. Essa forma é constituída das características do documento manifestando-se física e intelectualmente. É papel do método diplomático repartir e analisar essa forma, através de seus elementos internos e externos, com o objetivo de analisar a gênese documental, sua evolução, tradição e autenticidade.

Para tanto, os elementos externos são o caráter material do documento, sua aparência externa. Eles podem ser identificados como o suporte, a escritura, a linguagem, sinais especiais, selos, anotações, etc., e os elementos internos são os componentes que articulam intelectualmente o documento, como se apresenta seu conteúdo.

“É possível dizer que os documentos apresentam uma estrutura típica, óbvia e uma subestrutura analítica ideal. Essa última compreende três seções, cada uma com uma finalidade específica” (Duranti, 1995). A primeira seção é o *protocolo*, que contém o contexto administrativo da ação (as pessoas incluídas na ação, tempo, lugar e assunto. A segunda seção é o *texto*, com a ação, considerações e circunstâncias que a originaram; e a última parte é o *escatocolo* que contém o contexto da documentação ação.

Entendendo essa essência documental como prova de uma ação, e uma consequência do ato, fica bem claro que a Diplomática e a Arquivística possuem em comum o mesmo objeto de estudo. A partir daí, a relação entre as duas disciplinas se torna clara para os pesquisadores no final da década de 60.

Porém, apesar dessa relação estabelecida em meados do século XX, a Arquivística só começará a absorvê-la no final do século. Como destacam Guimarães e Tognoli (2007) “foi a partir dos anos 80 do século passado que a Diplomática pôde assumir uma nova dimensão, desvinculando-se do “binômio necessário” que até então desempenhava com a Paleografia e sendo encarada, pelos arquivistas, como uma ferramenta cujo método analítico-comparativo trouxe especial contribuição para o tratamento da documentação gerada na burocracia moderna”.

Dessa forma, como afirma Rondinelli (2005) “a possibilidade de integração dos princípios e conceitos dessa disciplina aos da arquivologia é vista, por aqueles profissionais, como o caminho seguro para o bom gerenciamento arquivístico dos documentos de hoje”.

Esse caminho seguro é, sem dúvida, o estudo da Tipologia Documental, uma vez que a Diplomática deixa de estudar apenas a espécie e documental e, como ressalta Bellotto (2004) “é ampliada na direção da gênese documental e de sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora”.



Logo, a Tipologia Documental voltar-se-á, segundo Bellotto (2004) “para a lógica orgânica dos conjuntos documentais: a mesma constituição diplomática em todos os documentos do mesmo tipo, para que se disponha sobra ou cumpra a mesma função”.

Essa nova Diplomática ampliada na direção da gênese documental é chamada de Diplomática Arquivística Contemporânea, e seus estudos são preconizados na Itália por Paola Carucci.

A autora é a primeira a aplicar a crítica diplomática aos documentos da administração pública italiana, redefinindo o conceito de documento diplomático ao incluir aqueles produzidos por uma organização no curso normal de suas funções (ou seja, o documento de arquivo). Em 1987 Carucci publica “*Il documento contemporaneo: Diplomática e criteri di edizione*” que segundo Duranti, pode ser considerado a primeira tentativa da aplicação do método diplomático aos documentos contemporâneos. Em sua obra, Carucci (1987) define a Diplomática como “uma disciplina que estuda a unidade arquivística elementar, o documento, mas também o arquivo [...] analisando, sobretudo os aspectos formais para definir a natureza jurídica dos atos, tanto na sua formação quanto em seus efeitos”.

Logo, a análise diplomática, “recai sobre a vontade expressa no ato jurídico e o conhecimento da forma na qual o ato se manifesta, isto é, das características próprias do documento em cujo ato é representado” (Carucci, 1987).

A fusão dos princípios e métodos arquivísticos e diplomáticos dar-se-á na Itália, mas é no Canadá, através dos estudos de Luciana Duranti que a disciplina encontrará um lócus investigativo privilegiado.

Porém, vale destacar aqui, o importante papel da Escola Espanhola na aplicação do método diplomático aos documentos contemporâneos que, sem dúvida, colaborou sobremaneira para o engrandecimento da disciplina. (Tamayo, 1996; Romero Tallafigo, 1997; Heredia Herrera, 1991; e Nuñez Contreras, 1981).

No final da década de 80 Luciana Duranti publica sua legendária série de artigos, que mais tarde viria tornar-se um livro, intitulada *Diplomatics: new uses for an old science*, considerada um *turning point* na área, no qual aplica o método diplomático aos documentos contemporâneos, ressaltando que os mesmos elementos contidos em documentos históricos e medievais estão contidos também nos contemporâneos.

Para Duranti (s/d) “esse esforço foi baseado em duas suposições: primeiro, que a Diplomática é uma ciência viva, e pode ser renovada sem comprometer suas fundações teóricas e metodológicas; e segundo, que os conceitos e princípios diplomáticos podem ser usados para desenvolver sistemas digitais de produção e preservação de registros”.



No mesmo trabalho, Duranti volta a colocar o objeto da Diplomática em questão, assumindo a mesma posição de Bautier, na qual ambas as disciplinas, Arquivística e Diplomática, possuem o mesmo objeto, enfatizando a diferença entre as duas, onde a primeira tem como objeto o estudo dos conjuntos documentais, enquanto a segunda foca seus estudos na peça documental, no documento isolado.

Logo, os estudos realizados Duranti provam que é perfeitamente possível a aplicação da crítica diplomática aos documentos contemporâneos e com isso os arquivistas passam a ver o método diplomático, ou estudo da Tipologia Documental como uma ferramenta de suma importância para o conhecimento da documentação gerada no século XXI, uma vez que como afirma Carucci (1987) “a análise das características formais e substanciais dos documentos é indispensável para identificar as séries, para reconduzir documentos singulares aos arquivos de origem, para entender em quais relações se encontram os documentos referentes a um mesmo procedimento conservados em séries distintas”.

Com a aplicação do método diplomático, o arquivista é capaz de reconstruir todo o contexto de produção de um conjunto documental, a partir de um único documento, uma vez que as fontes utilizadas para reconstruir o percurso do documento, como os organogramas e regimentos, por exemplo, nem sempre serão suficientes.

Dessa forma, a análise do documento contemporâneo tem como objetivo também contribuir para a história da administração. Segundo Barros e Tognoli (2008) à medida que as administrações vão ficando mais flexíveis e existe uma horizontalidade nas funções e competências, a estrutura das instituições vai ficando mais fragmentada. A análise dos documentos como peças documentais que de alguma maneira remontam à essa estrutura esfacelada, é um caminho seguro para o desenvolvimento dos métodos arquivísticos.

Portanto, destaca-se aqui, o importante papel da Tipologia Documental, e conseqüentemente da Diplomática para os novos contextos de produção documental, inclusive sua aplicação aos documentos eletrônicos, pois com o advento das novas tecnologias de informação os arquivistas se vêm despreparados para tratar da quantidade de documentos gerados pelos novos sistemas. Com isso os profissionais da informação têm à frente mais um desafio: manter os registros criados em meio eletrônico inalterados, de forma a garantir seu acesso e sua autenticidade e fidedignidade nos sistemas em que foram gerados.

A partir dessas novas questões colocadas, ocorre uma mudança de paradigma na Arquivística e os arquivistas se dão conta de que a disciplina não é mais capaz de resolver todos os problemas sozinha. É nessa mudança de paradigma que a Diplomática, novamente, irá fornecer as bases teóricas e metodológicas para a solução das questões apresentadas, e mais uma vez o papel de Luciana Duranti é fundamental.

Em 1999 é Duranti lança, no Canadá, o Projeto InterPARES (*International research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*) cujo objetivo era responder às



questões que assombravam os arquivistas: como manter a autenticidade de uma registro criado eletronicamente? Como assegurar a conservação e o acesso ao documento sem comprometer essa autenticidade?

O propósito do Projeto, segundo Guimarães e Tognoli (2007), “era desenvolver um conhecimento teórico e metodológico essencial para a preservação permanente de registros digitais autênticos, e formular políticas, estratégias e padrões modelos capazes de assegurar essa preservação”.

Para tanto, o projeto contou com conceitos e métodos de várias disciplinas, entre elas a Diplomática, que forneceu os elementos necessários para caracterizar o registro eletrônico, além de fornecer o conceito de autenticidade e fidedignidade dos documentos.

O projeto também contou com o apoio de um grupo de co-pesquisadores dos setores público e privado de diversos países, entre eles o Canadá, Estados Unidos, Irlanda, Hong Kong, China, Suécia, França, Itália, Portugal, Austrália, Reino Unido e Holanda.

Em 2001 a primeira fase do projeto foi concluída e produziu exigências e métodos para a criação, manutenção, seleção, e preservação dos registros digitais autênticos, a maioria gerados no curso de atividades administrativas. Em 2002 teve início a segunda fase do projeto cujo objetivo era garantir as mesmas exigências para documentos criados no curso de atividades artísticas, científicas e governamentais, tendo apoio de mais países como, por exemplo, o Caribe e alguns países da América Latina, entre eles o Brasil.

Em 2007 a terceira fase do projeto começou e busca, com os resultados obtidos nas primeiras duas fases, divulgar e colocar em prática os métodos e exigências encontrados e aplicá-los aos documentos de arquivos em instituições de pequeno e médio porte de forma a garantir a preservação e uso da informação.

Contudo, a contribuição do método diplomático revisado por Duranti, não se limita apenas aos documentos arquivísticos e eletrônicos. Seus estudos garantem que qualquer documentação, independente do suporte, gênero e natureza, seja passível de análise.

Nesse sentido, a Biblioteconomia e Ciência da Informação também se apropriam do aporte metodológico da Diplomática para o tratamento temático da informação na identificação de conceitos. Partindo daí, estudos resgatados por Guimarães (1994;1998) foram desenvolvidos com “intuito de analisar a interação dos elementos da análise diplomática na Análise documentária enquanto instrumento de identificação de conteúdo, auxiliando, possivelmente, em uma fundamentação mais consistente quanto à compreensão e comunicação dos dados documentais” (Guimarães; Moraes; Nascimento, 2005).



Com isso, observa-se, igual importância à aplicabilidade do método diplomático para a análise documental na Biblioteconomia, ao oferecer parâmetros mais consistentes de produção documental, significando “um avanço científico (teórico e aplicado) à área.” (Guimarães; Moraes; Nascimento, 2005).

CONCLUSÃO

A Diplomática durante quatro séculos passou por várias transformações, mas a maior dela é com certeza seu objeto. No final do século XX o objeto da Diplomática confunde-se com o objeto de outra disciplina, a Arquivística, nascida a partir da primeira, e o documento arquivístico começa a ser visto também como objeto da Diplomática.

A apropriação da Arquivística pela Diplomática e o uso da crítica diplomática para a compreensão dos documentos gerados nos dias de hoje dará origem à chamada Diplomática Contemporânea, que encontra na América do Norte, mais precisamente nos estudos de Luciana Duranti, um locus investigativo privilegiado.

A autora, a partir de estudos realizados em documentos medievais, prova que qualquer documento, inclusive os eletrônicos, pode ser repartido em suas partes e analisado separadamente, de forma a identificar os elementos necessários para a compreensão dos conjuntos documentais.

Com isso, ao publicar *Diplomatics: new uses for an old science* e idealizar o Projeto InterPARES, a autora pode ser considerada um marco teórico na área, pois coloca a Diplomática - ora com vistas para a espécie documental - em contato com várias disciplinas, entre elas com a Arquivística. Nesse sentido, observa-se que a Diplomática fornece, à Arquivística, uma base teórico-metodológica que lhe permite, em nossos dias, fazer frente às demandas decorrentes dos universos de tratamento documental em que novos contextos de produção, novos suportes, novos formatos, novas estruturas e novos usos caracterizam a realidade informacional do cidadão.

Indo além, pode-se dizer que ao método diplomático, ao centrar sua ênfase na estrutura documental como evidência de sua função, mas sem se esquecer dos distintos usos a que pode servir, confere parâmetros de cientificidade não apenas ao fazer arquivístico no que tange à identificação documental, mas, de mesma forma, ao fazer bibliotecário, como subsídio à análise documental de conteúdo.

Adentrando no universo de organização de um conhecimento produzido (registrado e socializado) para que o mesmo possa transformar-se em informação que, por sua vez, subsidie a construção de um novo conhecimento, observa-se que a Diplomática ocupa, ao lado de disciplinas como a Lingüística, a Lógica, a Terminologia e a Psicologia



Cognitiva, um espaço interdisciplinar em cujo âmbito a organização do conhecimento pode construir suas bases metodológicas de ação.

REFERÊNCIAS

BARROS, T. H. B.; TOGNOLI, N. B.(2008) *Tipologia Documental e a Formação Discursiva*. En: Anais do I Fórum Internacional de Arquivologia. João Pessoa.

BELLOTTO, H. L.(2004) *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV.

(2002) *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado.

CARUCCI, P.(1987). *Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione*. Roma: La nuova Italia Scientifica.

COOK, T. (1997). *What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift*. En: *Archivaria*. Spring, n. 43, p. 17-63.

DURANTI, L.(s/d) *Diplomatics of electronic records*. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <nataliabtognoli@yahoo.com.br>, em 26 nov. 2005.

(1995) *Diplomática: usos nuevos para una antigua ciência*. Trad. Manuel Vázquez. 1ª ed. Córdoba Asociación de Archiveros de Andalucía.

GALENDE DIÁZ, J. C; GARCIA RUIPÉREZ, M.(2003) *El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística*. En: *Revista General de Información y Documentación*, v.13, n.2, p.7-35. Disponível em: <www.ucm.es/BUCM/revistas/byd/11321873/articulos/RGID0303220007.pdf>

GHIGNOLI, A.(1991) *La definizione dei principi e le metodologie diplomatistiche: innovazioni ed eredità*. En: *Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università di Siena*. v.12. Disponível em <http://dobb.unipv.it/scrineum/biblioteca/ghignoli.html> > Acesso em 01 set. 2005.

GUIMARÃES, J. A. C.; MORAES, J. B. de.; NASCIMENTO, L. M. B. do.(2005) *A Diplomática como perspectiva metodológica para o tratamento de conteúdo de documentos técnicos*. En: VALENTIM, Marta Ligia Pomin (Org.). *Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação*. São Paulo: Polis.



GUIMARÃES, J.A.C.; TOGNOLI, N. B. (2007) *Construção e desenvolvimento da Diplomática Arquivística: elementos para uma reflexão epistemológica*. En: Richter, Eneida Izabel Schirmer; ARAÚJO, João Cândido Graça (Org.). *Paleografia e Diplomática: 30 anos no Curso de Arquivologia – UFSM*. Facos.

HEREDIA HERRERA, A. (1991) *Archivística general: teoría y práctica*. 5ª ed. Sevilla: Deputación Provincial.

MACNEIL, H.(2000) *Trusting records: legal, historical and diplomatic perspectives*. Canadá: Kluwer Academic Publishers.

NUÑEZ CONTRERAS, L. (1981) *Archivística: estudios basicos*. Sevilla: Deputación Provincial.

RIESCO TERRERO, A.(2000). *La Paleografía y Diplomática en el marco de los estudios de Documentación*. En: Primer Congreso Universitario de Ciencias de la Documentación. Disponible em
<www.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/Ariesco.pdf>.

ROMERO TALLAFIGO, M.(1997) *Archivística y Archivos: soportes, edificio y organización*. 3ª Ed. ampliada. Carmona: S&C Ediciones.

RONDINELLI, R.C.(2004) *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV.

TAMAYO, A. (1996) *Archivística, diplomática y sigilografía*. Cátedra: Madrid.

TESSIER, G.(1952) *La Diplomatie*. Paris: PUF

TOGNOLI, N.B..(2008) *A Diplomática Arquivística Contemporânea: o papel teórico de Luciana Duranti*. En: Anais do III Congresso Nacional de Arquivologia. Rio de Janeiro.